

**Elementos sociais, econômicos e culturais constitutivos de uma comunidade quilombola
no Nordeste do Brasil**

**Social, economic and cultural elements constituting a quilombola community in Brazil's
Northeast**

**Elementos sociales, económicos y culturales que constituyen una comunidad quilombola
del Nordeste de Brasil**

Recebido: 31/10/2020 | Revisado: 06/11/2020 | Aceito: 18/11/2020 | Publicado: 22/11/2020

Ermínia Medeiros Macêdo

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9102-2904>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

E-mail: erminia.medeiros@hotmail.com

Márcio Luciano Pereira Batista

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8145-2740>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: marciolpb@hotmail.com

Luciano Silva Figueiredo

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6564-2720>

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

E-mail: lucfigueiredo@uol.com.br

Roseli Farias Melo de Barros

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9767-5546>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: rbarros.ufpi@gmail.com

Resumo

As comunidades quilombolas são espaços vivos onde as relações socioeconômicas e culturais se conjugam para constituir o arranjo local. Esse estudo objetivou analisar o contexto social, econômico, e cultural da comunidade quilombola Custaneira/Tronco, situada no semiárido piauiense, entre os municípios de Paquetá e Santa Cruz do Piauí. Utilizou-se como procedimentos metodológicos a observação participante e não participante seguido da

aplicação de formulários semiestruturados a 144 moradores. Como ferramentas de apoio, fez-se uso do gravador de voz e diário de campo. Os dados revelam baixos níveis de escolaridade e predominância do gênero feminino e estado civil casado. Em relação à faixa etária, a maioria é formada por adultos entre 25 a 59 anos ganha menos de um salário mínimo, reside há mais de 30 anos na comunidade e mora em casa própria, com estrutura de alvenaria, cobertura de telha e piso de cimento. São majoritariamente trabalhadores rurais cuja produção é, quase sempre, para consumo próprio. O milho (*Zeamays L.*), feijão (*Phaseolusvulgaris L.*), e mandioca (*Manihotesculenta Crantz*) são as principais culturas produzidas. A análise aponta que a cultura exerce forte influência na construção do arranjo local, assim como uma significativa capacidade de resiliência e efetiva participação dos moradores nas decisões locais.

Palavras-chave: Contexto socioeconômico; Aspectos culturais; Quilombolas; Semiárido nordestino.

Abstract

The quilombola communities are living spaces where socioeconomic and cultural relations come together to constitute the local arrangement. This study aimed to analyze the social, economic, and cultural context of the Custaneira / Tronco quilombola community, located in the semi-arid region of Piauí, between the municipalities of Paquetá and Santa Cruz do Piauí. Participatory and non-participant observation were used as methodological procedures followed by the application of semi-structured forms to 144 residents. As support tools, voice recorder and field journal were used. The data reveal low levels of education and a predominance of females and married marital status. Regarding the age group, most are adults between 25 and 59 years old, earn less than one legal minimum wage, have lived in the community for more than 30 years and live in their own home, with masonry structure, tile covering and cement floor. They are mostly rural workers whose production is almost always for their own consumption. Corn (*Zeamays L.*), bean (*Phaseolusvulgaris L.*), and cassava (*Manihotesculenta Crantz*) are the main crops produced. The analysis shows that culture has a strong influence on the construction of the local arrangement, as well as a significant capacity for resilience and effective participation of residents in local decisions.

Keywords: Socioeconomic context; Cultural aspects; Quilombolas; Northeastern semi-arid.

Resumen

Las comunidades quilombolas son un espacio vivo donde las relaciones socioeconómicas y culturales se combinan para formar el espacio local. Para su estudio se analizaron el contexto social, económico, y cultural de la comunidad quilombola Custaneira/Tronco, situada en el semiárido piauiense, entre los municipios de Paquetá y Santa Cruz do Piauí. Se utilizó como procedimiento metodológico la observación participante y no participante, seguido de la aplicación de encuestas y entrevistas semiestructuradas a los 144 habitantes. Como herramienta de apoyo, se hizo uso de la grabadora de voz y del diario de campo. Los datos recabados revelaron bajos niveles de escolaridad, prevalencia del género femenino y estado civil casado. En cuanto a la franja etaria, la mayoría de los habitantes son adultos entre 25 y 59 años. Sus ingresos son menores al salario mínimo, viven hace más de 30 años en la comunidad y residen en casa propia, con estructura de ladrillo, techo de teja y piso de cemento. Mayoritariamente son trabajadores rurales cuya producción es, casi siempre, para el consumo propio. Maíz (*Zeamays L.*), frijoles (*Phaseolusvulgaris L.*), y yuca (*Manihotesculenta Crantz*) son los principales cultivos. El análisis refleja que la cultura ejerce fuerte influencia en la construcción del espacio local, así como una significativa capacidad de resiliencia y participación efectiva de los habitantes en las decisiones locales.

Palabras clave: Contexto socioeconómico; Aspectos culturales; Quilombolas; Semiárido nordestino.

1. Introdução

A pluralidade sociocultural brasileira revela múltiplas formas de manifestações, expressões e religiões que caracterizam os diversos tipos de sociedades. Dentre esses grupos estão as comunidades tradicionais, que se caracterizam pela forte relação estabelecida com seu território, com sua cultura e com os conhecimentos de seus ancestrais, formando desenhos de novos arranjos sociais (Little, 2006; Viveiros de Castro, 2013). Tais conhecimentos se expressam nas suas práticas cotidianas e merecem ser investigados, a fim de conhecer as formas de apropriação dos recursos naturais e a disposição dos valores culturais na constituição local, para então compreender as dinâmicas que envolvem a relação homem, sociedade e natureza particularmente nesses grupos sociais (Berkes, et al., 2000; Sachs, 1997).

Para Dantas (2005), as diretrizes que orientam a disseminação desses conhecimentos se assentam em atividades e tradições que, ao longo do tempo, sofrem alterações, influenciam

no modo de vida e deixam impressões na história da comunidade. Assim, observa-se um processo criativo e empreendedor no qual os aspectos culturais assumem protagonismo na vivência dessas comunidades, com desdobramentos na sua estrutura social, política e econômica, todavia, “a continuidade da produção desses conhecimentos depende de condições que assegurem a sobrevivência física e cultural” desses grupos (Santilli, 2005, p.136).

Muitas conquistas foram alcançadas nas últimas duas décadas, especialmente no que se refere à inclusão dos quilombolas na agenda pública brasileira, legitimação de direitos e políticas. Todavia, esse arcabouço legal, não tem sido suficiente para garantir melhoria das condições de vida desses povos. Ademais, durante muitos anos, os territórios quilombolas ficaram sem reconhecimento, trazendo como consequência uma condição de vida desfavorável, muitas vezes submetida a subempregos ou condições análogas a trabalhos escravos, ferindo sua integridade e sua cidadania (Castel, 1997; Holanda, 1995).

Estima-se um total de mais de cinco mil comunidades quilombolas em todo país. Desse total, a região Nordeste é a que concentra a maior quantidade (Fundação Cultural Palmares [FCP], 2020). Pesquisas com comunidades quilombolas vêm crescendo de forma significativa especialmente no Brasil a partir do ano 2000. De acordo com o Portal de Periódicos CAPES (2020), a maioria dos estudos nessa temática é de autoria nacional, correspondendo a 82%, todavia, embora de forma tímida, registram-se investigações de pesquisadores europeus (4%), norteamericanos (7%), latinoamericanos (5%), e africanos (2%).

O Estado do Piauí possui atualmente 88 comunidades remanescentes de quilombos certificadas (FCP, 2020). Nos últimos quinze anos houve um acréscimo na produção científica de pesquisas sobre quilombolas piauienses em diferentes temáticas. Estes trabalhos visavam, de maneira geral, descrever as relações escravocratas no Piauí com a formação histórica dos quilombos, revelar seus saberes e conhecimentos tradicionais, assim como as formas de uso da flora local. Tais produções deram as primeiras informações sobre aspectos socioeconômicos e ambientais dessas comunidades. Destacam-se os estudos de Fé e Gomes (2015); Fé, et al.; (2019); Franco e Barros (2006); Lima (2005a); Sousa (2015); Silva e Barros (2015); Silva (2018); Torquato (2006); Vieira (2014); Vieira e Barros (2010); e, Vieira, et al., (2008).

A realidade que permeia as comunidades quilombolas piauienses situadas no semiárido nordestino ainda se apresenta desfavorável em muitos aspectos, especialmente no que se refere à estrutura, acesso a saneamento básico, educação, condições de moradia, renda,

e baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano. Contudo, essa condição desfavorável tende a desfazer-se porquanto muitas comunidades quilombolas do Piauí, a exemplo das comunidades em estudo, vêm construindo novos contextos sociais alicerçados em ações afirmativas que evidenciam sua cultura, sua história e suas memórias (Duque, et al., 2019).

Ao caracterizar comunidades tradicionais é imprescindível reconhecer a importância desses elementos como determinantes na vivência desses grupos. Nesse sentido, a pesquisa objetivou analisar os elementos social, econômico e cultural integrantes da comunidade quilombola Custaneira/Tronco.

Acredita-se que, as práticas sociais e produtivas estão fortemente associadas aos conhecimentos tradicionais enraizados localmente e que o registro dos elementos constitutivos da dinâmica dessas comunidades pode, além de promover valorização e fortalecimento, instituir-se como instrumento útil no desenho de políticas e ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida dessas populações. Nesse sentido, a realização de pesquisas com esse teor contribui sobremaneira ao registrar e legitimar valores afirmativos e fortalecedores da comunidade, rompendo paradigmas negacionistas que se perpetuaram ao longo da história desses povos.

2. Metodologia

As comunidades quilombolas Custaneira e Tronco são territórios contíguos inseridos no semiárido nordestino, dentro dos limites do município de Paquetá-PI. Em função da proximidade geográfica e da interligação das relações socioculturais, comerciais, familiares, políticas e administrativas estabelecidas ao longo da sua história, as dinâmicas das duas comunidades se fundem e formam um único arranjo social. Isto posto justifica a adoção do termo Custaneira/Tronco representando uma única comunidade.

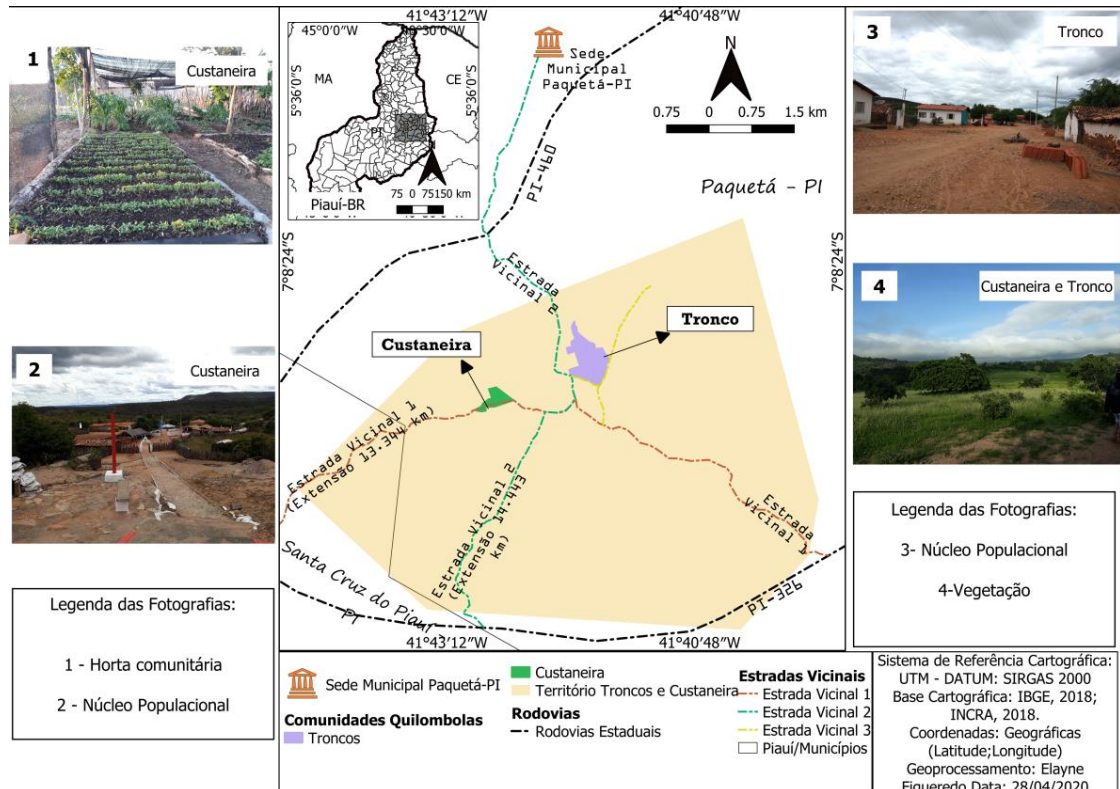
A comunidade está localizada sob as coordenadas geográficas 7° 09'49.0''S e 41° 42'52.0''W e congrega atualmente 167 pessoas e 48 famílias (Sousa, 2015).

Distância cerca de, 309 km da capital Teresina, 26 km do município de Picos, 8 km para a sede municipal do Paquetá e 7 km para a sede municipal de Santa Cruz. A comunidade recebe influências dos municípios de Picos, Santa Cruz, e Oeiras e Paquetá.

A formação histórica da comunidade Custaneira/Tronco tem suas raízes no município de Picos-PI por meio da atuação dos colonizadores brancos das famílias "Moura" ou "Moura Fé" e "Borges Leal" que se constituíram como proprietários de fazendas e senhores de escravos na região (Lima, 2005b).

A Figura 1 apresenta o mapa de localização geográfica com registros fotográficos da comunidade.

Figura 1. Comunidade Custaneira/Tronco (PI): Mapa de localização, 2020.



Fonte: IBGE (2018) adaptado por Figueiredo, Macêdo e Holanda em 2019.

É possível observar na Figura 1 registros da horta comunitária, do núcleo residencial e da vegetação da comunidade da comunidade. Situa-se uma área rural, na microrregião de Picos, mesorregião Sudeste Piauiense. Nesta mesorregião registram-se volumosas concentrações de população afrodescendente (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018; Sousa, 2015). Sob o aspecto legal, possui certificação junto aos órgãos oficiais no que se refere ao reconhecimento da sua identidade e do seu território quilombola.

O clima é Tropical Semiárido Quente, com duração do período seco de sete a oito meses; a vegetação predominante é caatinga arbórea e arbustiva e manchas de campo cerrado e cerradão; o solo caracteriza-se como latossolos vermelho-amarelos distróficos, associados a solos litólicos distróficos, areias quartzosas distróficas, e solos indiscriminados concrecionários tropicais; em relação aos recursos hídricos, os rios que cortam a região são Itaim e Guaribas, além de riachos locais (IBGE, 2010a).

Todas as residências têm energia elétrica e acesso a água proveniente de um poço, uma caixa de água coletiva e também de fontes naturais do entorno. As vias de acesso que ligam aos municípios de Paquetá e Santa Cruz são precárias. Na comunidade existe uma igreja católica, uma igreja evangélica, um terreiro de umbanda, uma escola pública municipal para funcionamento das primeiras séries do Ensino Fundamental, uma sala onde funciona o Ponto de Cultura, um espaço comunitário aberto com cobertura de palha, e um clube recreativo particular para uso coletivo (Sousa, 2015).

Por se tratar de uma investigação que envolve contato direto com seres humanos, o projeto foi aprovado e consubstanciado no Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Estadual do Piauí sob nº 82989917.2.0000.5209 e cadastrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SISGEN, sob o processo A68AC38. Antes do início de cada entrevista, foi solicitada a permissão de cada entrevistado por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

Esta investigação se qualifica como pesquisa exploratória, por meio da qual foram identificadas variáveis caracterizadas sob o viés quantitativo ou qualitativo (Köche, 2011). Foi constituída da pesquisa bibliográfica/documental e pesquisa de campo. Na pesquisa teórica foram coletados dados secundários por intermédio de literaturas específicas sobre o tema, acesso ao campo documental, e base de dados de órgãos oficiais e outras instituições com o intuito de conhecer e analisar os principais aparatos teóricos que existem a respeito da temática em questão (Lüdke & André, 1986).

Para a fase de campo, o percurso metodológico está alicerçado nos métodos qualitativos da abordagem etnográfica e história de vida, por meios dos quais são extraídos testemunhos orais, lembranças, memórias dos sujeitos pesquisados, retratados por meio de narrativas e relatos, seguindo o postulado por Flick (2009); Malinowski (1922); e, Spindola e Santos (2003). Antes de realizar o levantamento de dados, foi fundamental utilizar-se da técnica *rappport*, que visa conquistar um grau de confiança dos membros da comunidade com o pesquisador e do método *turnê* guiada, conforme preceituou Bernard (2017).

Pretendeu-se, por meio da história de vida dos habitantes, captar a constituição histórica daquela comunidade, entender o que está por trás dessa tessitura construída ao longo dos anos, e compreender como e porque o arranjo social da comunidade apresenta esse desenho nos dias atuais. De acordo com Silva e Barros (2010), nesta abordagem, o indivíduo que narra sua trajetória é o interlocutor principal, com o qual se constitui uma relação dialogada e cooperada por meio de entrevistas.

O universo considerado compreendeu todas as 48 famílias existentes na comunidade Custaneira/Tronco, conforme levantamento de Sousa (2015). A partir desse total, planejou-se entrevistar três membros de cada unidade familiar situados na faixa etária a partir de 18 anos, sendo preferencialmente o pai, a mãe ou outro membro incluído no critério da idade adotado, totalizando uma amostra não probabilística de 144 pessoas. Todavia, ao proceder com a pesquisa, verificou-se que nem todas as famílias eram constituídas por pai, mãe e maior de 18 anos. Desta forma, para atingir a amostra pretendida, nas famílias mais numerosas foram aplicados mais formulários, além dos três planejados inicialmente. A divisão dos grupos por faixa etária seguiu a classificação adotada pelo IBGE (2010b), na qual os jovens possuem de 18 a 24 anos, os adultos estão na faixa etária de 25 a 59 anos e os idosos a partir dos 60 anos.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 21 de maio a 29 de agosto de 2019. As técnicas utilizadas foram os formulários impressos com questões abertas e fechadas, que visam atingir uma elevada quantidade de participantes e a observação, que não deve prescindir de um rigoroso planejamento e preparação do observador (Pereira, et al., 2018). A observação pode ser participante e não participante. A (Lüdke & André, 1986; Malinowski, 1922;). Como ferramentas de apoio, utilizou-se o diário de campo e o gravador de voz (Flick, 2009; Oliveira, 2007).

Procedeu-se com a transcrição das entrevistas, juntamente com as informações coletadas. Os dados foram tabulados em planilha de Excel e analisados por meio do software SPSS versão 24. Para as variáveis qualitativas foram calculadas frequência absoluta e relativa. As variáveis quantitativas foram resumidas por meio das estatísticas: média, desvio padrão, mínimo e máximo. Os teste qui-quadrado e exato de Fisher foram utilizados para verificar possíveis relações de dependência entre as variáveis. Para todos os procedimentos inferenciais foi adotado um nível de significância de 5%.

3. Resultados e Discussão

A comunidade é formada por 48 famílias, que totalizam 167 indivíduos, sendo 86 homens e 81mulheres. Destes, 86%, correspondendo a 144 pessoas, compuseram o grupo entrevistado na presente pesquisa. Dentre os pesquisados, 62% são mulheres e 38% homens. Com relação à faixa etária, 22% são jovens (18 a 24 anos), 62% adultos (25 a 59 anos), e 16% idosos (a partir de 60 anos). No que se refere à situação conjugal, 46% são casados e 36% solteiros. A quantidade de filhos que predomina é de 0 a 2 (60%).

Um percentual significativo (22%) não são escolarizados. Entre os demais pesquisados, 20% concluíram o Ensino Médio, 16% têm Ensino Fundamental I (1º ao 4º ano), 20% possuem Ensino Fundamental II (5º ao 9º ano), 14% são alfabetizados, 4% ensino médio incompleto, e 4% tem ensino superior completo. Em relação à profissão, 74% dos moradores são trabalhadores rurais, com renda inferior a 1 salário mínimo (60%). A principal origem da renda é a produção no campo (70%). A maioria tem mais de 30 anos de moradia (63%), conforme demonstra a Tabela 1.

Tabela 1. Comunidade Custaneira/Tronco (PI): Aspectos sociodemográficos, 2019.

VARIÁVEIS	%
Gênero	
Feminino	62%
Masculino	38%
Idade	
18 a 24	22%
25 a 59	62%
A partir de 60	16%
Estado Civil	
Casado/a	46%
Solteiro/a	36%
Viúvo/a	8%
Mora com companheiro/a	6%
Divorciado/a ou separado/a	4%
Quantidade de filhos	
De 0 a 2	60%
De 3 a 6	36%
De 7 a 12	4%
Escolaridade	
Não escolarizados	22%
EMC	20%
EFII I- (5º ao 9º ano)	20%
EFI I – (1º ao 4º ano)	16%
Alfabetizado/a	14%
EMI	4%
Superior – completo	4%
Profissão Atual	
Trabalhador/a rural	74%
Outros (Funcionário Público; Pedreiro; Educador social; Cabeleireiro/a; Estudante; Costureira; Não trabalha por conta de doença)	26%
Renda	
< que 1 SM	60%
1 SM	28%
> que 1 e < que 2 SM	6%
2 SM	6%
Origem da Renda	
Produção na roça	70%
Auxílio governamental	20%
Empregado formal	10%

Posse de moradia	
Própria	74%
Doadá	18%
Alugada	8%
Estrutura da moradia	
<i>Paredes</i>	
Alvenaria	86%
Pedra, barro, palha e outros materiais	14%
<i>Cobertura</i>	
Telha	96%
Palha	4%
<i>Piso</i>	
Cimento	58%
Cerâmica	30%
Barro	12%
Tempo de moradia no local	
0 a 10 anos	8%
11 a 20 anos	12%
21 a 30 anos	17%
31 a 40 anos	37%
Acima de 40 anos	26%
Água para consumo	
Não tratada	74%
Filtrada ou fervida	26%
Participação em associação local	
Participa ativamente	98%
Não participa	2%

Fonte: Autores (2020).

Conforme apresentado, a pesquisa registrou um público predominantemente feminino (62%) contra 38% de homens. É importante ressaltar que além das atividades no campo, as mulheres atuam de forma determinante na organização e manutenção do espaço familiar. Dessa forma, permanece mais tempo em casa, o que facilita o contato com o pesquisador e pode justificar o elevado número de mulheres nessa investigação. Em diálogo com estudos realizados em outras comunidades do Nordeste brasileiro, também se verificou prevalência do número de mulheres, como apresentam os estudos de Alves, et al. (2017); Batista, et al. (2016); Carvalho, et al. (2013); e, Monteles & Pinheiro (2007).

Os dados referentes ao gênero podem refletir ainda uma tendência principalmente no Nordeste brasileiro, que é o êxodo de filhos homens, principalmente jovens, para os grandes centros como é o caso de São Paulo em busca de melhores oportunidades profissionais, prática comum entre as comunidades quilombolas, como apresentam as pesquisas de Leite (2008); Silva (2015); e, Teixeira, et al. (2011).

Com relação à faixa etária, os resultados apontam que a maior parte dos moradores faz parte da parcela da população economicamente ativa, situada entre 18 e 60 anos e representa a força de trabalho disponível, com condições físicas para exercer atividades laborais (IBGE,

2010b). No caso da comunidade pesquisada, quase 90% se insere nessa condição, o que nos leva a refletir acerca das possibilidades de trabalho e empreendedorismo local.

Todavia, cabe ressaltar que quando se trata da região semiárida nordestina, são inúmeras as carências e problemas relacionados às oportunidades de trabalho, que ficam limitados, quase sempre, à exploração dos recursos naturais (Baptista & Campos, 2013). Apesar disso, diversos caminhos podem se abrir por meio de iniciativas locais que sejam catalizadoras de melhorias e que não dependam exclusivamente do meio natural. Dentre essas ações, destaca-se o etnoturismo, assim como a produção cultural como artesanato, produtos alimentícios, eventos, remédios caseiros, manifestações culturais, etc.

Os dados da faixa etária também incitam reflexões acerca dos possíveis impactos que esse contexto pode gerar na manutenção dos conhecimentos tradicionais, haja vista que, segundo Diegues e Arruda (2001), são transmitidos das pessoas mais velhas para as mais novas. No caso da comunidade Custaneira/Tronco, os mais antigos estão em menor quantidade, o que poderia representar uma ameaça ao conhecimento tradicional e afetar no médio ou longo prazo as memórias coletivas e o saber-fazer local. Porém, observa-se na comunidade um sólido e coeso movimento de jovens e adultos interessados e comprometidos em manter vivos os conhecimentos de seus ancestrais para as atuais e as próximas gerações.

O maior percentual é de pessoas casadas (46%). Em contrapartida, chama atenção o baixo índice de pessoas divorciadas (4%). Esses resultados indicam que a ideia de constituição familiar tradicional ainda é muito forte no interior e em comunidades rurais tradicionais. A este respeito, Woortmann (1995, p.157) aponta que o casamento é uma categoria cultural de fundamental importância no meio rural, pois, “a rigor, não são apenas dois indivíduos que se casam, mas duas famílias que entram em acordo”.

A maioria das famílias entrevistadas, 60%, aproxima-se da atual média nacional de 1,77 filhos por mulher (IBGE, 2018). Os que possuem de três a seis filhos representam 36% da população pesquisada e 4% possui de sete a doze filhos. Com esses dados, é possível inferir que as famílias da comunidade são um reflexo das mudanças que já vêm ocorrendo, embora muito lentamente, no que se refere à estrutura familiar de comunidades quilombolas. Durante muitos séculos, perdurou um modelo de famílias numerosas, com grande quantidade de filhos, mas hoje já se observa nesses grupos uma configuração de núcleos familiares pequenos, como argumentam Fidelis e Bergamasco (2015).

Em relação à escolaridade, verificam-se duas situações na comunidade. Primeiro, um expressivo índice de incompletude escolar e, segundo, um grande número de pessoas que não estudaram ou que só sabem ler e/ou escrever, totalizando 76% dos moradores nos dois

contextos. Esse cenário é similar a outras realidades vivenciadas em comunidades tradicionais piauienses e nordestinas, comprovado nos estudos de Aguiar e Barros (2012); Alves, et al. (2015); Freitas, et al. (2012); Soares, et al. (2020); e, Terceiro, et al., (2013).

Acredita-se que esse elevado índice de moradores que hoje se situam majoritariamente entre 25 e 59 anos de idade e não possuem escolaridade, ou só foram alfabetizados, ou ainda não concluíram o Ensino Fundamental possui estreita relação com o fato de que na comunidade Custaneira/Tronco até o início dos anos 2000, os alunos precisavam ir para a escola a pé ou montados em jumentos e cavalos, percorrendo cerca de 8 km em estradas de terra, situação que os desafiava diariamente. Ademais, a necessidade de trabalhar muito novo também se soma a esses outros fatores e se constitui um fator desmotivante para muitos (Sousa, 2015).

Existe na sede da comunidade Custaneira/Tronco a Unidade Escolar Municipal Ciriaco Ferreira de Sousa que oferta o Ensino Fundamental I, todavia, no momento, somente nove alunos estão cursando. Os demais estudantes estão distribuídos em escolas situadas nos municípios de Paquetá e Santa Cruz do Piauí para cursar Ensino Fundamental ou Ensino Médio, como forma de complementar seus estudos. Há oferta de transporte escolar diário para o deslocamento dos estudantes. No caso de Santa Cruz, alguns optam por permanecer na cidade durante os dias letivos da semana. Os alunos que cursam ensino superior são atendidos na Universidade Aberta do Brasil, situada em Santa Cruz ou nos campi regulares existentes em Picos.

Os baixos níveis escolares são condizentes com a realidade educacional em muitas áreas rurais do Brasil e também de outros países como Venezuela cuja taxa de analfabetismo é de 14,7% em população afrodescendente e Portugal, que registra os mais baixos índices de escolaridade em virtude de fatores como dificuldade de acesso à escola, e (Figueiredo & Ferrão, 2008; Regnaut, 2005; Silva & Menezes, 2018). Estima-se que 23,5% dos quilombolas brasileiros não sabem ler (Brasil, 2012). A distância dos núcleos residenciais dos alunos aliados à precária estrutura das unidades educacionais com instalações sanitárias inapropriadas e escassez de água potável são agravantes desse cenário (Brasil, 2006). Ao se fazer associação entre escolaridade, faixa etária e gênero, adaptou-se a classificação adotada por Luz, et al., (2014) considerando os que possuem menos de cinco anos de estudo e os que possuem cinco ou mais anos de estudo, como demonstra a Tabela 2.

Tabela 2. Comunidade Custaneira/Tronco (PI): Associação entre escolaridade, faixa etária e gênero dos moradores, 2019.

Gênero	Escolaridade	18 a 24	25 a 59	60 anos ou
		anos	Anos	mais
		%	%	%
Masculino	<5 anos	0,0	63,6	100,0
	≥ 5 anos	100,0	36,4	0,0
Feminino	<5 anos	0,0	50,0	100,0
	≥ 5 anos	100,0	50,0	0,0

Fonte: Autores (2020).

O resultado aponta que todas as mulheres e homens com idade a partir de 60 anos possuem menos de cinco anos de estudo. No outro extremo, tem-se que todos os homens e mulheres na faixa etária de 18 a 24 anos possuem mais de cinco anos de estudo. Em relação aos moradores situados na faixa de 25 a 59 anos, registra-se primazia masculina (63,6%) entre os que estudaram menos de cinco anos.

Os que possuem mais de cinco anos de estudos são majoritariamente mulheres (50%). Esse resultado revela que quando iniciaram seus estudos há cerca de duas, três décadas atrás, as dificuldades para ter acesso à escola eram gritantes, o que pode ter provocado muita desistência. No caso específico das mulheres, sugere-se que muitas não seguiram adiante com os estudos em razão da dificuldade de conciliar as responsabilidades familiares, domésticas e maternas com as obrigações escolares, assim como constata a pesquisa de Santana e Eugênio (2019) sobre mulheres quilombolas da Bahia.

No que se refere à principal ocupação, 74% são trabalhadores rurais. Os demais (26%) são funcionários públicos, pedreiros, educador social, cabeleireiras; estudantes, costureiras, e não trabalham por conta de doença. Observa-se uma predominância de trabalhadores rurais, que exercem suas funções normalmente em seus quintais ou na horta comunitária local, com prevalência para a produção de milho (*Zea mays* L.), feijão (*Phaseolus vulgaris* L.), e mandioca (*Manihot esculenta* Crantz). A caça de animais silvestres também é uma prática de subsistência habitual. Eventualmente, alguns moradores exercem serviços de vaqueirice, carregador de palha ou prestam serviços agropastoris e domésticos em fazendas de terceiros (Aragão, 2014).

Outras atividades produtivas são desenvolvidas na comunidade como pescas artesanais nas margens de rios, extrativismo de mel de abelhas silvestres, extrativismo vegetal em carnaúbas (*Copernicia prunifera* (Mill.) H.E. Moore), extrativismo de carvão vegetal, e criação de animais, principalmente aves como galinhas (*Gallus gallus* (Linnæus, 1758), perus (*Meleagris gallopavo* Linnæus, 1758), capotes/galinhas-de-angola (*Numida meleagris* Linné,

1764), porcos (*Sus scrofa* Linnaeus, 1758), algumas ovelhas (*Ovis aries* Linnæus, 1758), cabras (*Capra hircusaegagrus* Erxleben, 1777), e um pequeno rebanho de gado bovino (*Bos taurus* Linnaeus, 1758).

Em adição a isso, há também a produção artesanal, cujos principais produtos são para tratar problemas de saúde (garrafadas, lambedores, e banhos) ou artefatos de decoração como tapetes de palha e colchas de retalho e acessórios (colares, pulseiras, guias, amarradores para cabelo, brincos), além de canetas decoradas e produtos de crochê. Trata-se majoritariamente de uma produção direcionada ao consumo local. Porém, quando há excedente, esses produtos são disponibilizados na própria comunidade ou em feiras dos municípios de Paquetá e Santa Cruz por meio da troca e, em raras situações, são comercializados.

A maioria possui uma renda mensal muito baixa, 60% recebem menos de um salário mínimo, 28% ganham um salário mínimo e 12% recebem entre um e dois salários mínimos. Nenhum morador assinalou a opção de dois a três ou três salários mínimos. A renda familiar constitui-se um importante elemento para mensurar as condições de vida dos grupos sociais porquanto apresenta dados indicativos do acesso limitado a bens materiais e de consumo, além de estar relacionada ao tipo de ocupação da família (Sá, 2010; Santos & Silva, 2014).

A principal origem dessa renda vem da produção na roça (70%), 20% de auxílio governamental e 10% de empregos formais. Observou-se ainda que por meio da associação de moradores são firmados convênios com as Prefeituras de Paquetá e de Santa Cruz para o fornecimento de alguns itens de merenda escolar, no qual as mulheres da comunidade preparam biscoitos caseiros (pêtas e sequilhos) constituindo um complemento para as famílias. Essa situação financeira é condizente com a realidade de muitas comunidades quilombolas do Piauí e do Brasil, conforme demonstram Baptista e Campos (2013); Batista, et al. (2016); Brasil (2011); e, Superti e Silva (2015);

A renda reduzida pode estar associada ao baixo nível de escolaridade, que, por sua vez, pode refletir nas possibilidades de atuação profissional, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3. *Comunidade Custaneira/Tronco (PI): Associação entre ocupação principal, escolaridade e faixa etária dos moradores, 2019*.*

Variáveis	Agricultor	Outra profissão	Valor p
	%	%	
Renda			0,087
< 1 SM	74,1	40,9	
1 SM	18,5	40,9	
> 1	7,4	18,2	
Escolaridade			0,073
< 5 anos	60,7	36,4	
≥ 5 anos	39,3	63,6	

Fonte: Autores (2020).

*Teste exato de Fisher

De acordo com os dados, os moradores que não tiveram acesso à escola ou possuem até cinco anos de estudo possuem baixa qualificação para atender as demandas que o mercado exige. Tal fato faz com que a maioria permaneça no campo exercendo a função de agricultor (60,7%) com ganho mensal abaixo de um salário mínimo (74,1%) ou subjugada a condições de informalidade e trabalhos que exigem pouca escolaridade. Para Araújo, et al. (2019), a baixa escolaridade é um dos fatores que mais colaboraram para manter a situação da pobreza em comunidades quilombolas. Os moradores que possuem anos de estudo ampliam suas possibilidades de atuação profissional (63,6%) e também de rendimentos. Situação similar foi registrada em comunidades quilombolas nordestinas, como demonstram os estudos de Alves, et al., (2017); Assis et al., (2019); Bezerra (2012); Paixão (2003); e, Sousa e Fernandes (2016).

Esse contexto reafirma a importância de uma educação que contemple aspectos da realidade local, possibilitando que o contexto escolar seja um instrumento de reafirmação dos valores, da identidade quilombola, da coletividade e da capacidade empreendedora local. É fundamental legitimar a força e o amor ao território transformando-o em um campo de experiências e iniciativas construtivas, que, quando articuladas à cultura possibilitem principalmente aos jovens permanecer na comunidade não porque foram compelidos a essa opção, mas porque querem contribuir para a melhoria do seu próprio espaço.

As últimas duas décadas registram ações do governo brasileiro por meio da implementação de políticas públicas de formação de recursos humanos em comunidades tradicionais. Essas políticas, a exemplo do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), e do Programa de Apoio à Formação Superior nas Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO) oportunizaram o acesso a cursos profissionalizantes e têm por objetivo elevar os níveis de qualificação desses povos e, assim, diversificar a oferta

profissional na própria comunidade ou no mercado de trabalho. Exemplos de iniciativas como essas podem ser verificadas com alguns índios na Amazônia, que saem para estudar em outras cidades e depois retornam atuando como agentes políticos, culturais e educativos, influenciando positivamente os demais moradores da sua comunidade (Brasil, 2006).

A comunidade Custaneira/Tronco foi uma das que se mobilizou para solicitar os cursos do PRONERA. Desde 2016, existem três projetos aprovados para os cursos de Agronomia, Ciências Sociais e História, tanto nas instâncias da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), como do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que são as instituições responsáveis pela viabilização do programa, todavia, até o momento não foram implementados por conta da escassez de recursos a serem liberados em nível federal.

Sobre a infraestrutura da comunidade, as ruas não são asfaltadas nem possuem calçamento. Existe um poço que abastece todas as casas da comunidade, fornecendo água, todavia, a água utilizada para consumo em 74% das moradias não é tratada; em outras residências, a água é filtrada ou fervida (26%). Em relação à posse da moradia, 74% moram em casas próprias, 18% em casas doadas (por programas governamentais ou parentes) e 8% são alugadas. A maioria é de alvenaria (86%) e 14% são de pedra, barro, palha e outros materiais. A cobertura de telha está presente em 96% das casas e 4% são de palha e outros materiais não especificados. Em relação ao piso, 58% das casas possuem piso de cimento, 30% piso de cerâmica e 12% de barro.

No que concerne ao tempo de moradia, 63% moram na comunidade há mais de três décadas. Entre os demais, 8% moram entre 0 e 10 anos, 12% de 11 a 20 anos e 17% de 21 a 30 anos, 37% de 31 a 40 anos e 26% acima de 40 anos, revelando que a maioria dos pesquisados já possui mais de três décadas que vivem na comunidade. Muitos deles, desde que nasceram. Resultado semelhante foi encontrado em comunidades rurais de Sergipe, como demonstram Dourado e Vargas (2013).

Esse tempo de moradia contribui para consolidar o vínculo com a comunidade e o território, criar sentimentos de enraizamento e pertencimento àquele grupo e àquele lugar e reafirmar o papel fundamental exercido pela territorialidade na construção social desses grupos, conforme reforçam Escobar (2000); e, Little (2004). Outrossim, o fato de estarem na comunidade há muitos anos indica também que os moradores detêm maior propriedade acerca dos conhecimentos ambientais locais, assim como maior percepção dos problemas locais e dos potenciais existentes no território.

O levantamento observou ainda que 84% participam ativamente da associação local, demonstrando o interesse e engajamento dos mesmos no fortalecimento do território em que

vivem. A comunidade também é muito ativa no tocante às práticas culturais e religiosas, retratadas no Reisado, na dança Lezeira, no Samba de Cumbuca, na Roda de São Gonçalo, nas festas alusivas à cultura quilombola e nos festejos religiosos. No levantamento realizado, 98% dos moradores pesquisados participam com frequência de atividades religiosas na comunidade. Desse total, 54% dos moradores são católicos, 40% se declaram católicos e umbandistas e 6% são umbandistas.

Na comunidade Custaneira/Tronco, o sincretismo religioso se estabelece localmente por meio de uma relação não dualista porquanto a fé pode ser vivenciada tanto no terreiro da umbanda como no templo católico e ambos convivem de forma harmoniosa. Essa convivência entre diferentes credos em uma mesma comunidade é comum em muitas comunidades quilombolas nordestinas, como apresentam Cardias (2016); Ferreti (1998); e, Santos (2009).

As comemorações do Sagrado Coração de Jesus ocorridas no mês de junho despontam como principal festejo religioso na opinião de todos os moradores, que também mencionaram os festejos de São José no mês de abril, Nossa Senhora da Conceição em dezembro, Semana Santa, Reisado, e as comemorações aos pretos velhos e Iemanjá. A este respeito, os rituais festivos e simbólicos que enaltecem a cultura negra possuem forte presença na comunidade Custaneira/Tronco.

Todos (100%) acreditam que essas práticas culturais contribuem positivamente. Desse total, 38% dos moradores apontam que preservam sua cultura e suas tradições, 30% acreditam que fortalecem a comunidade por meio da integração do grupo, 20% afirmam que promovem valorização e reconhecimento da cultura quilombola; 8% atestam sua importância como difusores de conhecimentos e, para 4% possibilitam o contato e aproximação com outras comunidades quilombolas.

As crendices e superstições também são elementos constituintes do sistema cultural local e podem ser visualizados na atuação das benzedadeiras, na obediência ao calendário lunar para plantio, colheita e confecção de remédios caseiros, na submissão à permissão das entidades protetoras da mata para atividades de caça, no preparo e consumo dos alimentos, na relação sagrada com os animais, e no respeito às forças sobrenaturais que protegem as águas e os recursos naturais existentes no território.

Para Porto, et al., (2012) o vínculo com o contexto religioso e cultural tradicional da região “os define como legítimos guardiões da sacralidade tanto do território quanto da maneira com que vivem sobre ele”. As práticas religiosas e culturais se assumem como elementos representativos para o fortalecimento da sua própria identidade, da tradicionalidade, da cosmologia e da sociabilidade local.

Assim sendo, o contexto socioeconômico da comunidade Custaneira/Tronco não pode ser analisado isoladamente sem que se estabeleça relação com sua cultura. É importante repensá-lo em associação com os contextos culturais presentes na comunidade para compreender as múltiplas dimensões que envolvem suas condições de vida e o arranjo socioeconômico que se desenha por meio dessa conjuntura, seguindo o postulado por Berkes et al., (2000); Carneiro da Cunha (2017); Little (2006); e, Viveiros de Castro (2011).

A partir dessa articulação, a cultura assume-se enquanto esfera social e se reflete nas práticas cotidianas locais, a exemplo das atividades no campo de subsistência, que permanecem respondendo como principal meio de renda e profissional dos moradores, assim como no conjunto de saberes tradicionais e crenças presentes na comunidade. Desta forma, o ambiente de um local não pode ser pensado sem que antes esteja integrado com o ser humano, e se apresente com toda sua incompletude e, por isso mesmo, sempre em constante transformação (Ingold, 2000). No caso das comunidades tradicionais, seus modelos culturais se traduzem de forma contínua nas diferentes formas de organização locais, reafirmando a identidade e a força do grupo no seu território.

Por fim, os dados sociodemográficos pesquisados, quando alicerçados sob o conjunto de conhecimentos e saberes tradicionais locais, apresentam-se como elementos essenciais e constitutivos para o arranjo social, econômico e cultural da comunidade quilombola Custaneira/Tronco.

4. Considerações Finais

Por meio desse estudo, foi possível conhecer o contexto socioeconômico e cultural dos moradores e da comunidade, possibilitando maior aproximação com suas realidades. A análise revela um perfil de moradores situados na faixa etária de 18 a 60 anos, que moram na comunidade há mais de três décadas, com predominância de pessoas casadas que têm como principal atividade profissional a produção de subsistência na roça, ganhos mensais abaixo de um salário mínimo e baixos níveis de escolaridade.

Assim como nas demais comunidades tradicionais, na comunidade Custaneira/Tronco, a cultura apresenta-se como elemento de fundamental importância para a constituição do arranjo social local. Isso pode ser comprovado nas práticas produtivas tradicionais que permanecem fortemente enraizadas especialmente no que se refere à relação homem, sociedade e natureza, assim como nas atividades artesanais e culinárias que são contributos

para a complementação da renda e manutenção dos saberes ancestrais. Todas essas crenças são imanentes à identidade da comunidade e determinantes do seu modo de vida.

O contexto socioeconômico e cultural da comunidade Custaneira/Tronco evidencia deficiências, tais como os baixos índices educacionais, que se refletem sobremaneira na baixa qualificação dos moradores, reduzindo as chances de inserção no mercado de trabalho e maiores ganhos financeiros. No entanto, seus moradores são detentores de valiosos conhecimentos que trazem consigo conteúdos simbólicos e valores, diferenciados do ensino nas escolas, mas capazes de produzir processos educativos, formar habilidades e direcionar condutas sociais e econômicas para a comunidade.

A conquista desse valor pode ser potencializada por meio das ferramentas educacionais. Programas voltados para a Educação do Campo já vêm sendo implementados por parte do governo, mas é preciso ir além, no sentido de garantir ações e políticas contínuas que identifiquem as potencialidades presentes em seu território, dialoguem com suas reais necessidades e seu contexto sociocultural, e, principalmente, reconheçam a capacidade e o protagonismo dos seus sujeitos na construção da sua história.

Por fim, recomenda-se a elaboração de novas pesquisas que objetivem aprofundar a relação entre as dinâmicas socioeconômicas e os aspectos culturais das comunidades quilombolas, ressaltando a influência do seu sistema cultural na organização local. Outrossim, esses novos estudos devem valorizar e divulgar as ações afirmativas que representam o modo de vida quilombola, desmistificando o caráter depreciativo tão presente na literatura existente.

Referências

Aguiar, L.G.G. & Barros, R.F.M. (2012). Plantas medicinais cultivadas em quintais de comunidades rurais no domínio do cerrado piauiense (Município de Demerval Lobão, Piauí, Brasil). *Revista Brasileira de Plantas Medicinais*, 14 (3), 419-434.

Alves, R. J.M., Pontes, A. N. & Gutjahr, A.L.N. (2015). Caracterização socioeconômica de comunidades rurais amazônicas do estado do Pará, Brasil. Observatório de la economia latino-americana. *Revista Eumed.net*. Retirado de <<http://http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/15/socio-economia.html>

Alves, S. G., Reis Neto, A.F., Barros Junior, A.P. & Rodrigues, G.G. (2017). Estudo etnoecológico em comunidades do semiárido sergipano: utilização de espécies botânicas para fins terapêuticos. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 12 (3), 222-227.

Aragão, J. A. (2014). *Acesso de saúde na atenção básica prestada aos quilombolas, Piauí*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul], Porto Alegre, Brasil.

Araújo, R. L. M. S.; Araújo, E. M.; Silva, H. P.; Santos, C. A. S. T.; Nery, F. S.; Santos, D. B. & Souza, B. L. M. (2019). Condições de vida, saúde e morbidade de comunidades quilombolas do semiárido baiano, Brasil. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 43 (1), 226-246.

Assis, A. A., Baldauf, C. & Silva, M.R.F. (2019). Sistema socioecológico da comunidade quilombola do Sobrado, Porto Alegre – Rio Grande do Norte, Brasil: conhecimentos, injustiça e resistência. *Biodiversidade*, 18 (1), 160-183.

Batista, W. F. M., Santos, K. P. P., Figueiredo, L. S., & Barros, R.F.M. (2016). Sociedade e Cultura: o caso da comunidade rural Novo Nilo. *Espacios*, 37 (3), 20.

Baptista, N.Q. & Campos, C.H. (2013). A convivência com o semiárido e suas potencialidades. In: Conti, I. L. & Schroeder, E.O. *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS.

Bezerra, A.S. (2012). Reconhecimento étnico da comunidade de Bastiões. *Revista de Ciências Sociais*, 43 (1), 50-65.

Berkes, F., Colding, J. & Folke, C. (2000). Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. *Ecological Applications*, 10 (5), 1251-1262.

Bernard, R.H. (2017). *Research methods in anthropology: qualitative and quantitative approaches*. Londres: Rowman & Littlefield Publishers, 6ª ed, 2017.

Brasil. (2006). *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação.

Brasil. (2011). *Alimento: direito sagrado*. Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Brasil. (2012). Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. *Programa Brasil Quilombola: diagnóstico das ações realizadas*. Brasília, 2012.

Brasil. (2014). *Quilombos do Brasil: segurança alimentar e nutricional em territórios titulados*. Cadernos de Estudos: desenvolvimento social em debate. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Cardias, R. C. (2016). Fé e festejar: espaço, folkcomunicação e imaginário religioso nas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira –SP. *RIF*, 14 (32), 68-84.

Carneiro da Cunha, M. (2017). *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Ubu Editora.

Carvalho, J. S. B., Martins, J.D.L.M., Mendonça, M.C.S. & Lima, L.D. (2013). Uso popular das plantas medicinais na comunidade da várzea, Garanhuns-PE. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, 13 (2), 58-65.

Castel, R. (1997). A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade a “desfiliação”. *Caderno CRH*, v. 10, n. 26, p. 19-40.

Dantas, B. (2005). Tu me ensina a fazer renda: gerações e processos de aprendizagem de ofícios tradicionais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 32, 225-243.

Diegues, A. C.S. & Arruda, R. S. V. (2001). *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Dourado, A. M. & Vargas, M. A. M. (2013). Identidade e pertencimento nos assentamentos rurais de Sergipe. *Revista GeoNordeste*, 12 (3), 222-227.

Duque, A.N. F., Vieira, M.A.B. & Souza, R.N.R. (2019). História e memória em quilombos do semiárido piauiense: patrimônio e identidade cultural. Em C. Santos. *O Semiárido Brasileiro e suas Especificidades* (pp. 195–220). Atena Editora.

Escobar, A. (2000). El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar. ¿globalización o postdesarrollo? In: Lander, E. (Ed.) *La colonialidad del saber: eucentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latino-americanas* (pp. 68-87). Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

Fé, E. & Gomes, J. (2015). Territorialidade e sociobiodiversidade na configuração do espaço produtivo da comunidade Olho D'água dos Negros no município de Esperantina-PI. *Sociedade e Natureza*, 27 (2), 297-308.

Fe, E. G. M., Nascimento, J. E. & Gomes, J. M. A. (2019). Organização socioprodutiva e a questão da terra na comunidade Quilombola Currálinho? Esperantina (PI). *Revista Brazilian Journal of Development*, 5, 12846-12868.

Ferreti, S. E. (1998). Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. *Horizontes Antropológicos*, 4 (8), p. 182-198.

Fidelis, L. M. & Bergamasco, S.M.P.P. (2015). A família, suas mudanças e a manutenção dos saberes tradicionais na agricultura familiar em quilombos do Vale do Ribeira paranaense. *Divers@*, 8 (2), 59-72.

Figueiredo, E. & Ferrão, P. (2008). O conhecimento não cresce nas árvores: os desafios da sociedade do conhecimento e o mundo rural em Portugal. *Actas do III Congresso de Estudos Rurais*, 1-17.

Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

Franco, E.A.P. & Barros, R. F.M. (2006). Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. *Revista Brasileira de Plantas Medicinas*, 8 (3), 78-88.

Flick, U. (2009). *Desenho da pesquisa qualitativa*. Coleção Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre: Bookman, Artmed.

Franco, E.A.P. & Barros, R. F.M. (2006). Uso e diversidade de plantas medicinais no Quilombo Olho D'água dos Pires, Esperantina, Piauí. *Revista Brasileira de Plantas Medicinas*, 8 (3), 78-88.

Freitas, S. T., Pamplin, P. A. Z., Legat, J., Fogaça, F. H. S. & Barros, R.M. (2012). Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, Área de Proteção Ambiental do Delta do Rio Parnaíba, Piauí, Brasil. *Revista Ambiente e Sociedade*, 15 (2), 91-110.

Fundação Cultural Palmares (2019). *Quadro geral de comunidades remanescentes de quilombos (CRQS)*. Retirado de <http://www.palmares.gov.br/>

Holanda, S. B. (1995). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.

Ingold, T. (2000). *The perception of environment: essays of livelihood, dwelling and skill*. London; New York: Routledge.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010a). *Cidades@*. Recuperado de <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=220755>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010b). *População*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao.html>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047*. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018>

Köche, J. C. (2011). *Fundamentos de metodologia científica*. Petrópolis: Vozes.

Leite, I.B. (2008). O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. *Revista Estudos Feministas*, 16 (3), 965-977.

Lima, S. O. (2005a). *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)*. Passo Fundo: Upf Editora/Ediupf.

Lima, I. M. de M.F. (2005b). *De Moura aos Moura Fé: resgate de uma trajetória*. Teresina: Expansão.

Little, P. E. (2004). Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário Antropológico*, 28 (1), 251-290.

Little, P. E. (2006). Ecologia política como etnografia.: um guia teórico e metodológico. *Horizontes Antropológicos*, 12 (25), 85-103.

Ludke, M. & Andre, M. E. D. A. (2013). *Pesquisas em educação: uma abordagem qualitativa*. São Paulo: E.P.U.E.

Luz, E. P., Dallepiane, L.B., Kirchner, R.M., Silva, L.A.A., Silva, F.P., Kohler, J., Gapinger, E. & Carlot, J.M. (2014). Perfil sociodemográfico e de hábitos de vida da população idosa de um município da região norte do Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 17 (2), 303-314.

Malinowski, B. (1922). *Argonautas do pacífico ocidental*. São Paulo, SP: Abril Cultural.

Marques, J. G. (2001). *Pescando pescadores: ciência e etnociência em uma perspectiva ecológica*. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras.

Monteles, R. & Pinheiro, C.U. (2007). Plantas medicinais em um quilombo maranhense: uma perspectiva etnobotânica. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*, 7 (2), 38-48.

Oliveira, M. M. (2007). *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes.

Paixão, M. (2003). *Desenvolvimento humano e relações raciais*. Rio de Janeiro: DP&A.

Pereira, A. S.; Shitsuka, D. M.; Parreira, F. J. & Shitsuka, R. (2018). *Metodologia da Pesquisa Científica*. 1. ed. Santa Maria : UFSM, NTE.

Porto, L.; Kaiss, C. & Cofré, I. (2012). Sobre solo sagrado: identidade quilombola e catolicismo na Comunidade de Água Morna (Curiúva, PR). *Religião e Sociedade*, 32 (1), 39-70.

Portal de Periódicos CAPES. *Buscar Assunto*. Recuperado de <https://www.periodicos.capes.gov.br>.

Regnault, B. (2005). La población indígena y afrodescendiente de Venezuela. Y el aporte del censo indígena en el estudio de la asistencia escolar - IIES – UCAB – Venezuela. In: *Pueblos indígenas y afrodescendientes de América Latina y el Caribe: relevancia y pertinencia de La información sociodemográfica para políticas y programas*. CEPAL, Santiago de Chile.

Sachs, I. (1997). Estratégias de transição para o século XXI. **In:** Bursztyn, M. (Ed). *Para pensar o desenvolvimento sustentável* (pp. 29-56) Brasília: Brasiliense.

Santana, R. S. & Eugênio, B. G. (2019). A trajetória ocupacional das mulheres negras quilombolas da Lagoa de Maria Clemência. *Revista Humanidades e Inovação*, v.6, n.14, p. 303-318, 2019

Santilli, J. (2005). *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Petrópolis.

Sá, M. L. B. (2010). *Saberes e práticas alimentares em uma comunidade quilombola no Ceará*. 2010. f. 328. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - São Paulo: USP.

Santos, R. C. & Silva, M. S. (2014). Condições de vida e itinerários terapêuticos de quilombolas de Goiás. *Saúde Soc. São Paulo*, 23 (3), 1049-1063.

Santos, J. B. (2009). Etnicidade e religiosidade da comunidade quilombola de Olaria, em Irará (BA). *Revista Nures*, n. 13, s/p.

Silva, R. C. (2018). A fragmentação da escravidão no Piauí: exportação de cativos e a entrada de flagelados da seca. *Vozes, Pretérito & Devir*, 8 (1), 154-175.

Silva, P. V. & Barros, D. D. (2010). Método história oral de vida: contribuições para a pesquisa qualitativa em terapia ocupacional. *Revista Terapia Ocupacional*, 21 (1) 68-73.

Silva, M. P. & Barros, R. F. M. (2015). Conhecimento tradicional e uso de espécies da caatinga em construções rurais na Comunidade Sítio Velho em Assunção do Piauí, Brasil. *Educação Ambiental em Ação*, 51 (13), s/p.

Silva, E. A. (2015). Projetos de vida de adolescentes e jovens de comunidades quilombolas do Vale do Mucuri/MG. *Cadernos CERU* 26 (2), s/p.

Silva, R. A. & Menezes, J. A. (2018). Relações étnico-raciais e educação nas comunidades quilombolas. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13 (3), 1-17.

Soares, L. F.; Oliveira, E. H.; Nunes, Z. M.; Nascimento, M. H.; Verde, R. M. C. L. & Lima, E. M. (2020). Aspectos socioeconômicos e de condições de saúde em populações quilombolas no estado do Piauí, Brasil. *Research, Society and Development*, 9 (2), 1-16.

Sousa, A. J. (2015). *Etnicidade e territorialidade na comunidade quilombola Custaneira/Tronco, município de Paquetá – PI, Brasil*. Dissertação, Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil.

Sousa, G.M. & Fernandes, G.P. (2016). Caracterização geoambiental da comunidade quilombola Sítio Arruda em Araripe-CE. *Caderno de Estudos Geoambientais – CADEGEO*, 7 (1), 45-55.

Spindola, T. & Santos, S. R. (2003). Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?) *Revista Escola Enfermagem*, 37 (2), 19-26.

Superti, E. & Silva, G.V. (2015). Comunidades quilombolas na Amazônia: construção histórico-geográfica, características socioeconômicas e patrimônio cultural no estado do Amapá. *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, 23 (23), s/p.

Terceiro, A., Silva, J. J. S. & Correia, M. F. (2013). Caracterização da sociedade, economia e meio ambiente costeiro atuante à exploração dos manguezais no estado do Maranhão. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, 5 (3), 94-111.

Teixeira, M.G., Braga, J.S., César, S. F. & Kiperstok, (2011). A. O artesanato de retalhos da Comunidade Quilombola de Giral Grande. *Afro-Ásia*, 44, 219-246.

Torquato, T. G.M. (2006). *Potencial da vegetação melitófila e abelhas associadas da área Olho d'água dos Pires, Esperantina, Piauí, Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Piauí, Teresina, Brasil. Recuperado de <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp114386.pdf>

Vieira, F. J., Santos, L. G. P., Araújo, J. L. L. & Barros, R.F.M. (2008). Quilombola of Macacos Community, São Miguel do Tapuio city, Piauí state: history, use and conservation of plant resources. *Functional Ecosystems & Communities*, 2, 81-87.

Vieira, F. J. & Barros, R. F. M. (2010). Comunidades quilombolas e o uso de recursos vegetais. *Sapiência* (FAPEPI. Impresso), 25, 19-19.

Vieira, F. J. (2014). *Uso de fitocombustível no semiárido brasileiro: preferências locais e atributos físicos da madeira*. Tese de Doutorado, Univ. Fed. do Piauí, Teresina, Brasil. Recuperado de: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=619

Viveiros de Castro, E. (2011). A antropologia como política do entendimento. In: Lépine, C.; Hofbauer, A.; Scharwz, L.M. (Eds.). *Manuela Carneiro da Cunha: o lugar da cultura e o papel da antropologia* (pp. 65-74). Rio de Janeiro: Beco do Azougue.

Viveiros de Castro, E. (2013). Economic development, anthropomorphism, and the principle of reasonable sufficiency. In: Gagliardi, P.; Reijnen, A.M.; Valentini, P. (Eds.). *Protecting nature, saving creation*. Ecological conflicts, religious passions, and political quandaries (pp. 161-180). New York: Palgrave Macmillan.

Woortmann, E. (1995). *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste*. Brasília: EdUnb; São Paulo: Hucitec.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Ermínia Medeiros Macêdo – 60%

Márcio Luciano Pereira Batista – 10%

Luciano Silva Figueiredo – 10%

Roseli Farias Melo de Barros – 20%